

CFESS Manifesta

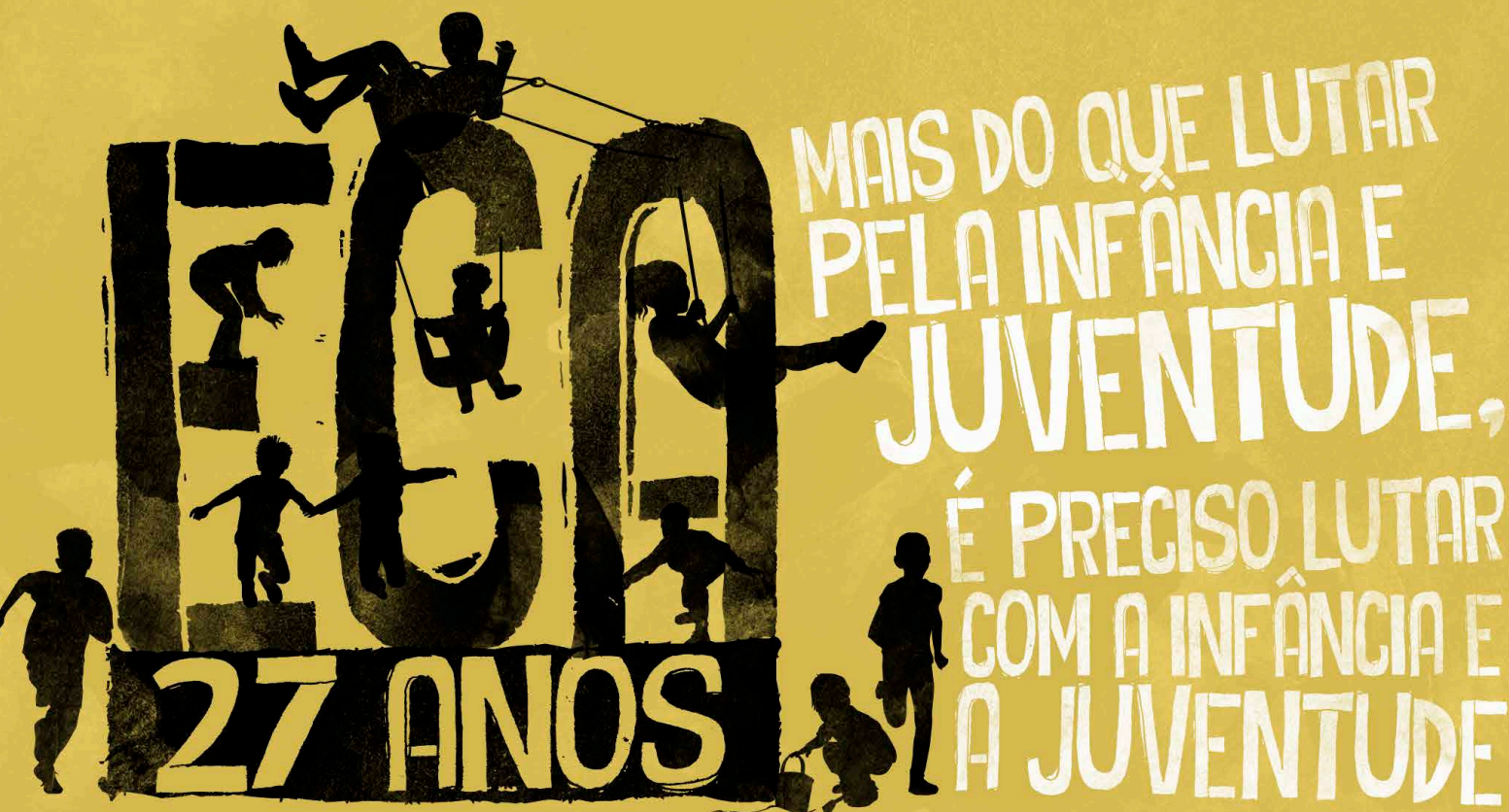
27 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente

Brasília (DF), 13 de julho de 2017

Gestão É de batalhas que se vive a vida!



CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL
www.cfess.org.br



Desde o movimento pré-constituente que embalou o Brasil, que emerge da Ditadura Militar, foram percorridos inúmeros caminhos na luta incessante por materializar os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca).

A luta por direitos, uma das expressões dos anseios da sociedade e da organização dos segmentos que se põem em ação, é repleta de contradições, interconectadas com cada momento sócio-histórico. Desse modo, situam-se as principais conquistas desse período e, ao mesmo tempo, ouvir o som rouco das violações persistentes que rondam o cenário nacional. Neste ano de 2017, a crise econômica e política intensifica os retrocessos nos direitos sociais. Nesse contexto, não escapam as políticas para crianças e adolescentes. Ao contrário, de modo sutil ou gritante, esse segmento social é capturado por lógicas moralistas, punitivas e meritocráticas.

Neste quarto de século, a sociedade brasileira pôde vivenciar a constituição de um sistema de garantia de direitos, que abarca políticas sociais básicas e especiais, específicas ou transversais ao segmento infanto-juvenil, e desenvolveu mecanismos, ainda que insuficientes, voltados à defesa e garantia de direitos. O Brasil implementou, nas úl-

timas duas décadas, conselhos tutelares, responsáveis por zelar pelos direitos de crianças e adolescentes, expandindo sua inserção pelo país afora; criou e consolidou conselhos e fundos dos direitos da criança e do adolescente.

Agregou aos debates em torno da infância a presença do controle social, por meio dos conselhos, fóruns e conferências, de modo transparente e assegurando a construção coletiva. Se, por um lado, se avançou no arcabouço da política pública de viés participativo e com controle popular, não se escapou das armadilhas. Alguns conselhos de direitos tornaram-se balcão de negociação de convênios, com ênfase ao cunho cartorial de sua atuação. Por seu turno, os conselhos tutelares, em alguma medida, sofreram seu aparelhamento político-partidário e religioso. Contudo, fazem parte da legítima luta pelo poder e do amadurecimento do exercício democrático na esfera pública, de modo que, nos fluxos e contrafluxos dos processos sociais, implicam no avanço e retrocesso nos desafios apresentados.

Preocupa, sobremaneira, no momento presente, a dimensão que adquirem, especialmente a partir do governo ilegítimo de Michel Temer, as políticas públicas voltadas para a infância e juventude. Evidencia-se o aceleração do viés neoliberal das forças políticas que se alçaram ao

► poder; porém, mais do que isso, revigoraram-se correntes profundamente conservadoras.

É indubitável o recente histórico de expansão de políticas para a infância e a juventude, em diversas áreas. Aqui, serão citadas somente algumas: combate à violência sexual, com especial atenção a regiões conflagradas com essas práticas; o combate ao trabalho infantil nas suas diferentes formas, associado ao Programa Bolsa Família e ao trabalho inter políticas sociais; a expansão das unidades do sistema socioeducativo, particularmente nos casos da internação e da semiliberdade; a municipalização das medidas em meio aberto e sua alocação na política de assistência social (embora criticada por alguns estudiosos da área da infância e juventude!); a expansão de experiências criativas em diferentes territórios amplia saberes e possibilidades de crianças e adolescentes; a obrigatoriedade da escolarização dos 4 aos 17 anos faz com que a escola se abra para a massificação do acesso (uma ruptura histórica em uma sociedade na qual a educação representa um bem das elites); o combate à mortalidade infantil.

Enfim, são inúmeras as frentes nas quais lutadores/as sociais, entre eles/as assistentes sociais, estão implicados/as, fazem avançar o acesso a direitos, materializam políticas sonhadas, desenham novas políticas, em um movimento incessante, pois, ao alcançar um patamar, se enxerga um horizonte mais amplo para a classe trabalhadora.

Porém, como nos diz Karel Kosik, é no claro-escuro do real que essas políticas são palmilhadas. E o novo traz em si o velho! Tão simples seria suplantar o velho: de uma vez por todas deixar para trás as antigas unidades da Febem (Fundação Estadual do Bem Estar do Menor), com seus corpos queimados em motins; superar o internato/patronato/orfanato que buscava a institucionalização da punição e da norma, com suas filas e continências; não ouvir mais falar que a escola não é para todos/as, afinal, alguns/algumas não foram feitos/as para aprender, não gostam da escola; e, quem sabe, deixar de constatar sentenças que destituem o poder familiar de pais e mães que sequer foram escutados, pois sua fala é desprezada, já que inculta, e seu modo de vida julgado de forma taxativa como negligente e incapaz de promover cuidados.

No contraditório real, constituíram-se avanços que, entremeados em si, trouxeram a essência do que se buscava superar. Desse modo, superar práticas higienistas, prescritivas e moralizantes é, senão a centralidade, parte constitutiva das lutas que precisam ser travadas cotidianamente.

As políticas sociais, de modo geral, passam a sofrer os cortes, tendo como resultado a contração dos serviços prestados e sua precarização paulatina. Crianças e adolescentes são atingidos: fechamento de escolas, cortes de turmas, fechamento ou ausência de Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), ambulatórios, unidades de saúde, equipes diminuídas; acolhimentos sem as equipes mínimas; número reduzido de Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Creas) ou com equipes terceirizadas; ampliação de crianças e adolescentes em semáforos, trabalhando. Os sinais da retração das políticas encontram-se em diversas regiões do país.

O atual estágio do capitalismo não deixa dúvidas, busca a intensificação da superexploração da força de trabalho, em meio a um mundo altamente tecnologicado e sem fronteiras para o capital. As políticas públicas são vistas como dispêndios para um Estado que precisa ser enxuto. Nesse diapasão, há espaço somente para a política de segurança pública na sua versão mais pontual: penal, forças de segurança ostensivas, arsenal bélico e construção de presídios.

As políticas sociais, de modo geral, passam a sofrer os cortes, tendo como resultado a contração dos serviços prestados e sua precarização paulatina. Crianças e adolescentes são atingidos: fechamento de escolas, cortes de turmas, fechamento ou ausência de Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), ambulatórios, unidades de saúde, equipes diminuídas; acolhimentos sem as equipes mínimas; número reduzido de Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Creas) ou com equipes terceirizadas; ampliação de crianças e adolescentes em semáforos, trabalhando. Os sinais da retração das políticas encontram-se em diversas regiões do país.

O conservadorismo, por sua vez, se fortalece a partir de visões que desqualificam as diferenças e moralizam as expressões da questão social. Acompanhada da onda punitiva, essas correntes defendem a redução da maioridade penal, o aumento do tempo máximo de internação, a aceleração dos processos de destituição familiar, entre outras medidas alardeadas como salvacionistas.

Nesse contexto, os acolhimentos institucionais, em inúmeros espaços, tornaram-se uma réplica moderna do “Panóptico de Bentham”, uma “penitenciária ideal” com câmeras de segurança em vários cômodos das casas para vigiar (pergunta-se: quem?). Aliás, as câmeras tornaram-se instrumentos de controle também nas escolas.

Por último, distante do pessimismo que engeixa a vontade e a capacidade de se indignar e lutar, é preciso enxergar os espaços de resistência nessa conjuntura. Emerge com intensa energia, nesse momento, a capacidade de a juventude se apresentar como segmento protagonista nas lutas, o que se expressou vigorosamente nas ocupações das escolas de ensino médio pelo país afora, e se estende ao ensino superior.

Mais do que lutar pela infância e juventude, é preciso lutar com a infância e a juventude, rearticular forças, mobilizar, discutir o contexto no qual se encontra o país e os rebatimentos da retração de direitos na vida concreta da população. Os direitos não são lineares, nem fixos; são moldáveis às conjunturas e à capacidade de organização da sociedade. Por isso, Temer jamais! Avante, assistentes sociais!

Gestão É de Batalhas que se vive a vida! (2017-2020)

Presidente Josiane Soares Santos (SE)
Vice-presidente Daniela Neves (RN)
1ª Secretária Tânia Maria Ramos Godoi Diniz (SP)
2ª Secretária Daniela Möller (PR)
1ª Tesoureira Cheila Queiroz (BA)
2ª Tesoureira Elaine Pelaez (RJ)

Conselho Fiscal
Nazarela Silva do Rêgo Guimarães (BA), Francieli Piva Borsato (MS) e Mariana Furtado Arantes (MG)

Suplentes
Solange da Silva Moreira (RJ)
Daniela Ribeiro Castilho (PA)
Régia Prado (CE)
Magali Régis Franz (SC)
Lylija Rojas (AL)
Mauricleia Santos (SP)
Joseane Couri (DF)
Neimy Batista da Silva (GO)
Jane de Souza Nagaoka (AM)

CFESS MANIFESTA
27 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente
Conteúdo (aprovado pela diretoria):
Silvia da Silva Tejedadas - assistente social do Ministério Público do Rio Grande do Sul
Organização: Comissão de Comunicação
Revisão: Diogo Adjuto
Diagramação e arte: Rafael Werkema